

**ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM  
AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA DE EMISSÃO DA ALL – AMÉRICA  
LATINA LOGÍSTICA S.A.**

**ENTRE**

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**

**E**

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

**SÃO PAULO, 21 DE JULHO DE 2006**



*Handwritten signature and initials.*

2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

**ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,  
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DE EMISSÃO DA ALL – AMÉRICA LATINA  
LOGÍSTICA S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

**ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Emílio Bertolini, 100, sala 1, Vila Oficinas, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.387.241/0001-60, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora");

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, com sede na Avenida Paulista, 2.439 – 11º andar, Cerqueira César, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os "Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu Contrato Social (o "Agente Fiduciário"); e

na qualidade de intervenientes prestadoras de garantia fidejussória (as "Intervenientes Garantidoras");

**ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Emílio Bertolini, 100, sala 2, Vila Oficinas, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.258.944/0001-26, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (a "Primeira Interveniente Garantidora");

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Emílio Bertolini, 100 - parte, Vila Oficinas, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.172.874/0001-14, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (a "Segunda Interveniente Garantidora");

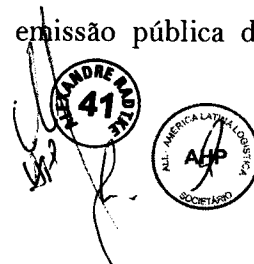
vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar a presente ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DE EMISSÃO DA ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. (a "Escritura"), observadas as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO**

A Escritura é firmada com base nas autorizações deliberadas em (i) Reunião do Conselho de Administração da Emissora (a "RCA") realizada em 23 de junho de 2006, (ii) Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 21 de julho de 2006, (iii) Reunião do Conselho de Administração da Primeira Interveniente Garantidora, realizada em 23 de junho de 2006 (em conjunto, as "RCAs"), e (iv) Assembléia Geral Extraordinária da Segunda Interveniente Garantidora, realizada em 23 de junho de 2006 (a "AGE").

### **CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS**

A 6ª emissão de debêntures da Emissora (as "Debêntures"), sendo a quinta emissão pública da Emissora (a "Emissão"), será feita com a observância dos seguintes requisitos:



## **2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação**

**2.1.1.** A ata da RCA da Emissora que deliberou sobre a Emissão foi arquivada na Junta Comercial do Paraná sob o nº 20061973416, em 30 de junho de 2006, e publicada no jornal Valor Econômico, edição nacional, e Jornal da Indústria & Comércio de Curitiba, PR, em 26 de junho de 2006, e no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 28 de junho de 2006.

**2.1.2.** A ata da RCA da Primeira Interveniente Garantidora que deliberou sobre a prestação de garantia à Emissora foi arquivada na Junta Comercial do Paraná sob o nº 20061973408, em 30 de junho de 2006, e publicada no Jornal da Indústria & Comércio de Curitiba, PR e no Diário Oficial do Estado do Paraná, nas respectivas edições de 28 de junho de 2006.

**2.1.3.** A ata da AGE da Segunda Interveniente Garantidora que deliberou sobre a prestação de garantia à Emissora foi arquivada na Junta Comercial do Paraná sob o nº 20061973394, em 30 de junho de 2006, e publicada no Jornal da Indústria & Comércio de Curitiba, PR, e no Diário Oficial do Estado do Paraná, nas respectivas edições de 28 de junho de 2006.

**2.1.4.** A ata da RCA da Emissora que ratificou a taxa de Remuneração (definição no item 3.8 abaixo) será publicada no jornal Valor Econômico, edição nacional, no Jornal da Indústria & Comércio de Curitiba, PR, e no Diário Oficial do Estado do Paraná e será arquivada na Junta Comercial do Paraná.

## **2.2. Inscrição da Escritura**

A Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados na Junta Comercial do Paraná.

## **2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a "Lei nº 6.404/76"), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (a "Instrução CVM 400/03"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

## **2.4. Registro para Negociação das Debêntures**

**2.4.1.** As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no (i) Sistema de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a "ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (a "CETIP"), sendo a integralização das Debêntures liquidada pela CETIP.

**2.4.2.** As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) no Sistema Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP e (ii) no Sistema Bovespa Fix (o "Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo (a "Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a "CBLC").

## **2.5. Registro da Emissão na ANBID**



A Emissão será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (a “ANBID”), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 20 e seguintes do Código de Auto-Regulação ANBID para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 22 de setembro de 2005 (o “Código ANBID”).

### **CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

As Debêntures da Emissão terão as seguintes características e condições:

#### **3.1. Valor da Emissão**

**3.1.1.** O valor da Emissão será de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida).

#### **3.2. Valor Nominal Unitário**

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão, conforme definido abaixo (o “Valor Nominal Unitário”).

#### **3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries**

A Emissão será realizada em série única, constituída de 70.000 (setenta mil) Debêntures.

#### **3.4. Forma e Conversibilidade**

As Debêntures terão forma nominativa, escritural e não serão conversíveis em ações. Não serão emitidos certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o “Relatório de Posição de Ativos”, acompanhado de extrato em nome do titular da Debênture, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures e, para as Debêntures custodiadas na CBLC será expedido, por esta, relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.

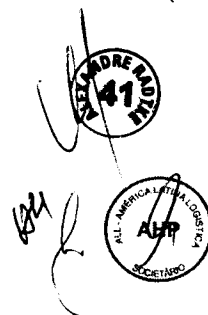
#### **3.5. Espécie**

As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional das Intervenientes Garantidoras, conforme disposto na Cláusula IX abaixo.

#### **3.6. Data de Emissão**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de julho de 2006 (a “Data de Emissão”).

#### **3.7. Prazo e Data de Vencimento**



As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos. Para todos os efeitos legais, a data de vencimento das Debêntures será o dia 1º de julho de 2011 (a "Data de Vencimento"), data em que será pago o valor integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures juntamente com o valor da Remuneração (conforme abaixo definido) eventualmente devida, em moeda corrente, nos termos desta Escritura.

### 3.8. Remuneração

3.8.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário e estabelecidos com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (a "Taxa DI"), acrescida exponencialmente de *spread* de 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) da Taxa DI, definido em procedimento de *bookbuilding* realizado pelos Coordenadores em conjunto com a Emissora (o "Acréscimo sobre a Taxa DI", sendo a Taxa DI e Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como a "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\},$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário para o Primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

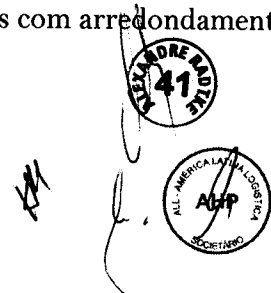
Fator DI = produtório das Taxas DI Over ( $TDI_k$ ), na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)],$$

onde:

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;

$TDI_k$  = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;



$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1,$$

onde:  $k = 1, 2, \dots, n$

$DI_k$  = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$dk$  = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " $dk$ " um número inteiro;

$FatorSpread$  = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

$spread$  = 1,5000 (um inteiro e cinco milionésimos), na forma percentual ao ano, com 4 (quatro) casas decimais;

$N$  = 252 (duzentos e cinquenta e dois);

$n$  = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, ou a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, sendo " $n$ " um número inteiro;

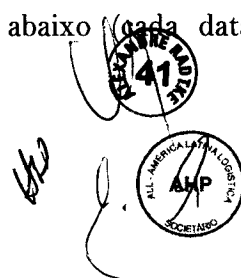
$DT$  = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo " $DT$ " um número inteiro;

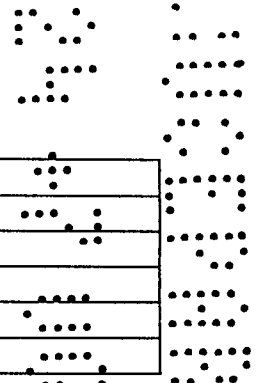
$DP$  = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo " $DP$ " um número inteiro.

#### Observações:

- 1ª) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- 2ª) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- 3ª) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- 4ª) O fator resultante da expressão  $(FatorDI \times FatorSpread)$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

**3.8.2.** A Remuneração será devida semestralmente, nas datas definidas abaixo (cada data de pagamento da Remuneração, uma "Data de Pagamento de Remuneração"):





Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures	
1º de janeiro de 2007	1º de julho de 2007
1º de janeiro de 2008	1º de julho de 2008
1º de janeiro de 2009	1º de julho de 2009
1º de janeiro de 2010	1º de julho de 2010
1º de janeiro de 2011	1º de julho de 2011

**3.8.3.** O período de capitalização da Remuneração (o “Período de Capitalização”) é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à primeira Data de Pagamento de Remuneração e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento de Remuneração, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração subsequente.

**3.8.4.** Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

**3.8.5.** Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora relativas às Debêntures não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição dos novos parâmetros da Remuneração das Debêntures.

**3.8.6.** No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 5 (cinco) dias úteis ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar a assembléia de titulares de Debêntures (a “Assembléia de Debenturistas”) para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BCB/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro da Remuneração das Debêntures. O *quorum* necessário para definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures deverá ser composto por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação.

**3.8.6.1.** Para os efeitos da presente Escritura, consideram-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, as de titularidade de empresas controladas, coligadas e controladoras da Emissora, bem como as de titularidade dos administradores, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau da Emissora, de suas controladas, incluindo as Intervenientes Garantidoras, coligadas e controladoras (“Debêntures em Circulação”).

**3.8.7.** Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro da Remuneração das Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu conseqüente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo valor equivalente ao seu Valor Nominal

Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso. Para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

### 3.9. Preço de Subscrição e Integralização

3.9.1. O preço de subscrição e integralização das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, inclusive, até a data de integralização, exclusive, de acordo com o disposto no item 3.8 desta Escritura.

3.9.2. A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis do SDT.

### 3.10. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, administrado pela ANDIMA, ou de acordo com os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no Bovespa Fix, da BOVESPA, ou, ainda, através da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada aos sistemas da CETIP e da CBLC.

### 3.11. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

### 3.12. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

### 3.13. Mora do Debenturista

Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento.

### 3.14. Publicidade



Todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos: (i) nos jornais Indústria e Comércio, de Curitiba, PR, e no Valor Econômico, edição nacional; (ii) no boletim oficial da bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures; e (iii) através da rede mundial de computadores, devendo a Emissora avisar, antecipadamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

### 3.15. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por quaisquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

Para a Emissora:

**ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**

Rua Emílio Bertolini, 100, Vila Oficinas

82920-030 Curitiba, PR

At.: Sr. Sergio Messias Pedreiro

Telefone: (41) 2141-7912

Fac-símile: (41) 2141-7484

Para o Agente Fiduciário:

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

Avenida Paulista, 2.439 – 11º andar, Cerqueira César

01311-300 – São Paulo, SP

At.: Srta. Viviane Rodrigues

Telefone: (11) 2172-2628

Fac-símile: (11) 3060-9575

Para as Intervenientes Garantidoras:

**ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S.A.**

Rua Emílio Bertolini, 100, Vila Oficinas

82920-030 Curitiba, PR

At.: Sr. Sergio Messias Pedreiro

Telefone: (41) 2141-7912

Fac-símile: (41) 2141-7484

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.**

Rua Emílio Bertolini, 100, Vila Oficinas

82920-030 Curitiba, PR

At.: Sr. Sergio Messias Pedreiro

Telefone: (41) 2141-7912

9

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
AHP  
RODEIRO

ANDRE  
41

Fac-símile: (41) 2141-7484

Para a instituição responsável pela escrituração das Debêntures:

**BANCO ITAÚ S.A.**

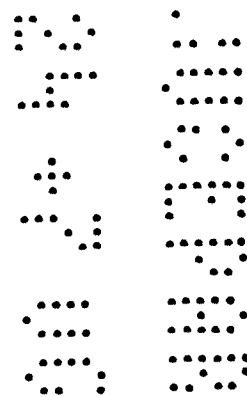
Avenida Engenheiro Armando Arruda Pereira, 707 – 9º andar

04344-902 São Paulo, SP

At.: Sr. José Nilson Cordeiro

Telefone: (11) 5029-1317

Fac-símile: (11) 5029-1917



### 3.16. Limite de Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, considerando que o capital social da Emissora é, nesta data, de R\$ 2.127.944.691,33 (dois bilhões, cento e vinte e sete milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e um reais e trinta e três centavos), e que o valor total das debêntures da terceira, quarta e quinta emissões da Emissora em circulação nesta data totaliza R\$ 470.602.000,00 (quatrocentos e setenta milhões, seiscentos e dois mil reais).

### 3.17. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

### 3.18. Resgate Antecipado Facultativo

Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures pela Emissora.

### 3.19. Condição para Realização da Distribuição Pública de Debêntures

**3.19.1.** Nos termos do artigo 30 da Instrução CVM 400/03 e conforme deliberação da RCA que descreve as principais características da Emissão, a distribuição pública das Debêntures somente poderá ser concluída mediante distribuição total das Debêntures.

**3.19.2.** Na hipótese de não conclusão da Emissão, por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado as Debêntures receberão os montantes já utilizados na integralização destas, reduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração, no prazo a ser indicado em anúncio ao público, que será publicado nos termos do item 3.14 da presente Escritura e em até 3 (três) dias úteis contados da data do cancelamento da Emissão.

**3.19.3.** Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures correspondentes aos valores restituídos.

### 3.20. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão destinar-se-ão ao pagamento de empréstimos de curto prazo tomados para a reestruturação da Brasil Ferrovias S.A. (a "Brasil Ferrovias") e da Ferrovia Novoeste S.A. (a "Novoeste") e respectivas subsidiárias, e para utilização no programa de investimentos do

grupo da Emissora, após a conclusão da aquisição da Brasil Ferrovias e da Novoeste.

### 3.21. Imunidade dos Debenturistas

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à instituição depositária das Debêntures, conforme o caso, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

## CLÁUSULA IV - DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

### 4.1. Aquisição Facultativa

4.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei nº 6.404/76.

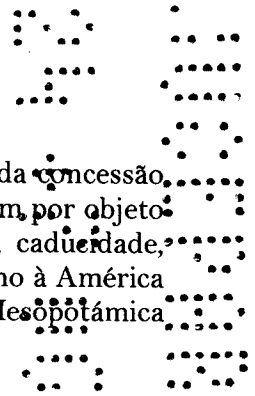
4.1.2. O Conselho de Administração da Emissora terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

### 4.2. Vencimento Antecipado

São considerados eventos de antecipação do vencimento das Debêntures, independentemente de prévio aviso, interpelação ou notificação judicial:

- (a) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência da Emissora e/ou de suas controladas, pedido de falência, não elididos no prazo legal, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela Emissora e/ou por suas empresas controladoras e controladas;
- (b) se a Emissora e/ou suas controladas propuserem plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora e/ou suas controladas ingressarem em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (c) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou suas empresas controladas, que possam, de qualquer modo, a exclusivo critério da Assembléia de Debenturistas a ser convocada, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura, conforme o disposto na legislação vigente;
- (d) transformação da Emissora em sociedade limitada;

- (e) alteração do atual grupo de controle acionário da Emissora, direto ou indireto, sem que os titulares de Debêntures previamente reunidos em Assembléia de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, aprovem referida alteração, observado o *quorum* de 75% das Debêntures em Circulação;
- (f) alteração do controle acionário direto das suas controladas, sem prévia aprovação dos Debenturistas e sem que tenham sido previamente constituídas garantias adicionais às Debêntures de forma satisfatória aos Debenturistas reunidos em Assembléia especialmente convocada para esse fim;
- (g) falta de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas nas respectivas datas de vencimento não sanado em 3 (três) dias, contados da respectiva data de vencimento;
- (h) redução de capital social da Emissora, após a data de registro da Emissão junto à CVM, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures, conforme disposto no artigo 174 da Lei nº 6.404/76;
- (i) protestos legítimos de títulos contra a Emissora e/ou qualquer de suas empresas controladas, que não sejam sanados no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da ciência do referido protesto, cujo valor, em conjunto, seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou que possam configurar, em face das circunstâncias e a critério do Agente Fiduciário, estado de insolvência da Emissora e/ou das suas empresas controladas ou risco de inadimplemento no pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que legalmente comprovado pela Emissora no prazo aqui mencionado;
- (j) falta de cumprimento pela Emissora e/ou de suas empresas controladas de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data do inadimplemento, exceto as obrigações especificamente previstas neste item 4.2;
- (k) falta de pagamento, pela Emissora ou por qualquer de suas empresas controladas, de qualquer dívida financeira de valor unitário igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), não sanado em até 15 (quinze) dias contados da respectiva data de vencimento;
- (l) vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou de qualquer empresa controlada da Emissora, no mercado local ou internacional de valor unitário igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (m) se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura deixarem de concorrer, no mínimo, *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (n) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou por qualquer das Intervenientes Garantidoras, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para este fim;



- (o) perda, caducidade, cassação, encampação ou extinção, por qualquer outro motivo, da concessão outorgada pela União Federal às concessionárias controladas pela Emissora, que têm por objeto a exploração e desenvolvimento do transporte ferroviário de carga, e/ou perda, caducidade, cassação, encampação ou extinção das concessões outorgadas pelo governo argentino à América Latina Logística – Central Sociedad Anônima e à América Latina Logística – Mesopotámica S.A. para a administração e exploração de ferrovias na Argentina;
- (p) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda pela Emissora e/ou por suas empresas controladas, conforme o caso, da propriedade ou posse direta de mais de 20% (vinte por cento) dos ativos da Emissora ou de suas empresas controladas, ou na incapacidade de gestão de seus negócios, desde que tal desapropriação, confisco ou medida afete substancialmente a capacidade de pagamento, pela Emissora e/ou por suas empresas controladas de suas obrigações relativas às Debêntures, a critério exclusivo do Agente Fiduciário;
- (q) sentença judicial transitada em julgado em face da Emissora e/ou de suas empresas controladas, que envolva valor unitário ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (r) não cumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou contra uma de suas empresas controladas, que possa, a critério exclusivo do Agente Fiduciário, causar efeito adverso relevante sobre a Emissora;
- (s) ocorrência de qualquer procedimento de seqüestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora ou de suas empresas controladas, cujo valor contábil unitário ou agregado seja superior a 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido da Emissora e/ou de suas empresas controladas à época, levantado com base na última demonstração financeira publicada, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de seu início;
- (t) alteração do objeto social da Emissora, de forma que a Emissora deixe de atuar nos mercados em que atua na data de celebração desta Escritura, ou realização de qualquer negócio não abrangido pelo mencionado objeto;
- (u) venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, pela Emissora e/ou por suas empresas controladas, diretas ou indiretas, de bens do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) ou de participação em outras sociedades (incluindo direitos de subscrição e títulos ou valores mobiliários conversíveis em participação societária) ou de ativos essenciais à sua atividade cujo valor unitário ou agregado durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M (o "IGP-M"), ou seu contravalor em outras moedas, caso não haja aplicação integral, no prazo de 30 (trinta) dias da data em que tais recursos se tornaram disponíveis à Emissora e/ou às suas empresas controladas, conforme o caso, no pagamento de dívidas de sua titularidade, excluídas as dívidas entre quaisquer das seguintes sociedades: (i) a Emissora, (ii) quaisquer controladoras ou controladas, diretas ou indiretas, da Emissora, e (iii) quaisquer coligadas da Emissora. Fica excluída do disposto neste item a eventual alienação das ações da Geodex Communications do Brasil S.A. (a "Geodex"), de titularidade da Emissora;

- (v) caso sejam desrespeitados os seguintes limites financeiros, apurados trimestralmente a cada publicação das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora:

	dezembro/2006 a setembro/2007	dez/2007	março/2008 a dezembro/2008	março/2009 a dezembro/2009	março/2010 a junho/2011
Dívida Líquida/ EBITDA	<4,00	<3,50	<3,00	<3,00	<2,50
EBITDA/ Resultado Financeiro	>1,50	>1,75	>1,75	>2,00	>2,00

Para os fins desta alínea, entende-se por:

"Dívida Líquida": o endividamento oneroso total menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

"EBITDA": o lucro antes dos tributos, juros, depreciação e amortização ao longo dos últimos 12 (doze) meses;

"Resultado Financeiro": juros acruados, incluindo variações monetárias e cambiais, relativos a financiamentos com instituições financeiras e organismos multilaterais de crédito, inclusive operações de hedge, da Emissora e suas coligadas consolidadas, menos as receitas obtidas em aplicações financeiras;

(w) realização, pela Emissora ou por qualquer de suas empresas controladas, de investimentos, ou permissão, pela Emissora ou por qualquer de suas empresas controladas, que sejam realizados investimentos, que ocasionem o descumprimento pela Emissora do índice e limite financeiro a que se refere a alínea "v" acima; e

(x) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório pela Emissora e ou pelas suas controladas, sempre que essas estiverem, conjunta ou isoladamente, em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na presente Escritura, no Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, da 6ª Emissão da Emissora;

**4.2.1.** A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b), (c), (g), (i), (l), (o) e (x) do item 4.2. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

**4.2.2.** Na ocorrência dos demais eventos indicados nos subitens do item 4.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia de Debenturistas em até 15 (quinze) dias contados da data em que tomar conhecimento do evento, devendo declarar o vencimento antecipado das Debêntures, exceto se ocorrer o previsto no item 4.2.3. abaixo.

**4.2.3.** A Assembléia de Debenturistas a que se refere o item 4.2.2 anterior poderá, por deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

4.2.4. Em conformidade com o art. 231 e seu § 1º, da Lei nº 6.404/76, a incorporação, fusão ou cisão da Emissora não dependerá de prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas, caso a Emissora assegure antes da implementação da incorporação, fusão ou cisão, aos Debenturistas que o desejarem, o resgate das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das assembleias relativas à operação.

4.2.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento imediato do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

## **CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS**

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) encaminhar ao Agente Fiduciário e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures:

a.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes;

a.2) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos previstos;

a.3) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões conforme o item 3.14 retro;

a.4) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão;

a.5) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;

a.6) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;

a.7) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.2 da Cláusula IV, imediatamente após a sua ocorrência;

a.8) retransmitir, em até 1 (um) dia útil após disponível, pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o Relatório elaborado pelo Agente Fiduciário previsto na alínea "n" do item 6.4 da Cláusula VI;

- (b) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e dar ao Agente Fiduciário acesso irrestrito: 1) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora; e 2) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembléia de Debenturistas;
- (c) convocar, nos termos do item 7.1 desta Escritura, Assembléia de Debenturistas, para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- (d) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (e) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (f) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer aos Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas na Lei 6.404/76, quando solicitado;
- (g) estruturar e manter em adequado funcionamento departamento de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (h) notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (i) informar imediatamente à bolsa de valores e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, qualquer mudança significativa ou imprecisão das informações que afetem, direta ou indiretamente, as Debêntures;
- (j) informar à bolsa de valores e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures o valor e a data de pagamento de todo e qualquer rendimento referente às Debêntures;
- (k) contratar agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch para obtenção de *rating*, para (i) manter atualizado o relatório de avaliação, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal avaliação ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco dentro de cada exercício social ou 5 (cinco) dias após sua divulgação; e (iii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures. Caso a agência de *rating* contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir o *rating*, a Emissora deverá (i) contratar outra agência sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, no caso desta ser uma das agências de *rating* listadas neste item "k"; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário que, nos termos do item 7.1.1 da presente Escritura, convocará Assembléia de Debenturistas para que estes definam a nova agência de *rating*;





(l) encaminhar, imediatamente, à CVM, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea "k" anterior; e

(m) encaminhar ao Agente Fiduciário memória de cálculo dos limites e índices financeiros, previstos na alínea "v" do item 4.2 acima, imediatamente após as respectivas datas de apuração.

**5.2.** A Emissora e as Intervenientes Garantidoras estão adicionalmente obrigadas a:

(a) não realizar operações fora de seus respectivos objetos sociais, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(b) tomar todas as medidas necessárias para:

i.1) preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais) e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e os negócios de suas subsidiárias dentro do respectivo objeto social;

i.2) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas subsidiárias;

i.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras; e

i.4) estender as medidas dispostas nos itens i.1 a i.3 para as sociedades sob seu controle.

(c) manter os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado; e

(d) solicitar a aprovação dos Debenturistas para realizar as seguintes operações, de forma direta ou indireta, na Geodex ou qualquer de suas subsidiárias, ou, ainda, em qualquer sociedade que venha a ser constituída com a finalidade de desenvolver atividade diversa da atividade principal da Emissora: (i) contratação de mútuo; (ii) prestação de fiança; (iii) assunção de dívida; ou (iv) realização de investimento.

## **CLÁUSULA VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **6.1. Nomeação**

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, Planner Trustee DTVM Ltda., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

**6.1.1.** O exercício permanente da função de Agente Fiduciário será privativo de instituição financeira, conforme permissão disposta no artigo 66 da Lei nº 6.404/76.

## 6.2. Declaração

O Agente Fiduciário declara:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e da CVM; e
- (e) ter verificado a regularidade da constituição da Fiança prestada pelas Intervenientes Garantidoras, conforme Cláusula X – Da Garantia Fidejussória, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 12, IX da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 (a “Instrução CVM 28/83”).

A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

## 6.3. Substituição

**6.3.1.** Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

**6.3.2.** Se a convocação da Assembléia de Debenturistas a que se refere o item 6.3.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

**6.3.3.** A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembléia de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto no subitem 6.3.7 adiante.

**6.3.4.** Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.3.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

6.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28/83, e eventuais normas posteriores.

6.3.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembléia de Debenturistas não delibere sobre a matéria.

6.3.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura.

6.3.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura ou de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

6.3.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

#### 6.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;

- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas;
- (k) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia de Debenturistas;
- (l) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da Assembléia de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembléia de Debenturistas;
- (n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- n.1) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
  - n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - n.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - n.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - n.5) aquisição facultativa e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - n.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - n.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - n.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

443

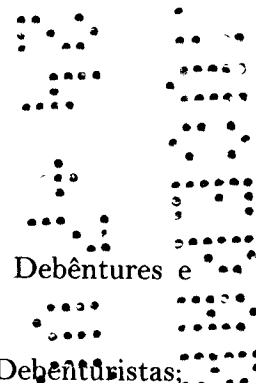
l



- (o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea "n" aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- o.1) na sede da Emissora;
  - o.2) no local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - o.3) na CVM;
  - o.4) na bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures;
  - o.5) na instituição líder da distribuição pública das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures.
- (p) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "o";
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à instituição depositária das Debêntures, à CETIP e à CBLIC;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (s) sem prejuízo do disposto no item 4.2.1, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- s.1) à CVM;
  - s.2) à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures; e
  - s.3) ao Banco Central do Brasil.
- (t) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista na alínea "k" do item 5.1 acima bem como encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias que tiver ciência de sua divulgação.

### 6.5. Atribuições Específicas

O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:







- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou extrajudicial da Emissora.

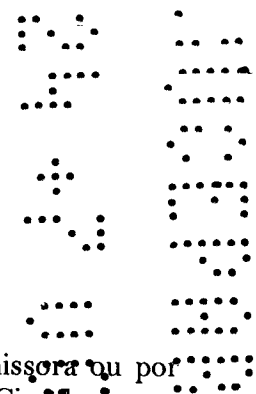
O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b" e "c" se, convocada Assembléia de Debenturistas, e esta assim o autorizar, por deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" do *caput* deste item.

## 6.6. Remuneração

**6.6.1.** Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração, a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas anuais de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), a ser paga em parcelas trimestrais, devida a primeira 05 (cinco) dias após a data de liquidação das Debêntures e as demais nas mesmas datas dos trimestres subsequentes até a data de vencimento da Emissão;
- (b) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário em reunião formal com a Emissora ou Debenturistas;
- (c) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora (ou das Intervenientes Garantidoras);
- (d) As parcelas serão atualizadas anualmente pelo IGP-M a partir da Data de Emissão;
- (e) As remunerações não incluem despesas com viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço;
- (f) Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais e administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, sem prejuízo da remuneração e despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora atrasá-las por um período superior a 30 (trinta) dias;
- (g) Os impostos e contribuições incidentes diretamente sobre os honorários (tais como ISS, PIS e Cofins) e outros que venham a incidir serão acrescidos à remuneração proposta, excetuando-se o Imposto de Renda e às alíquotas vigentes na data dos pagamentos.

   22 



## CLÁUSULA VII - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

### 7.1. Convocação

A Assembléia de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.1.1. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa, nos termos do item 3.14 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

### 7.2. Quorum de Instalação

A Assembléia de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 3.8.6.1 acima) e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

### 7.3. Mesa Diretora

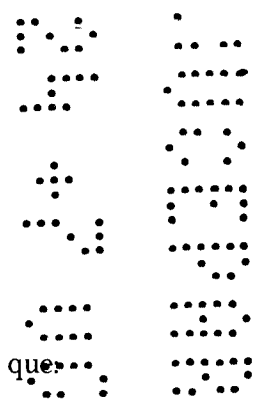
A presidência da Assembléia de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

### 7.4. Quorum de Deliberação

7.4.1. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações (i) na Remuneração e/ou nos itens que dispõem sobre as hipóteses que ocasionam vencimento antecipado e/ou prazo das Debêntures e/ou dispositivos sobre *quorum* previstos nesta Escritura deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação; e (ii) na Fiança prestada às Debêntures, conforme definido na Cláusula X abaixo, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.4.2. Na hipótese de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação de índice componente da Remuneração, o *quorum* necessário para definição da nova remuneração aplicável às Debêntures deverá ser composto por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação, observado, ainda, o disposto no item 3.8.7 acima.

7.4.3. Ressalvados os casos aqui previstos, as matérias sujeitas à Assembléia de Debenturistas serão aprovadas pelos titulares da maioria das Debêntures em Circulação que estiverem presentes na Assembléia.



## CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

### 8.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário:

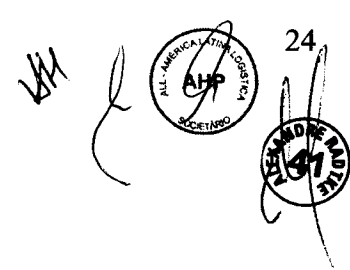
O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (c) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições.

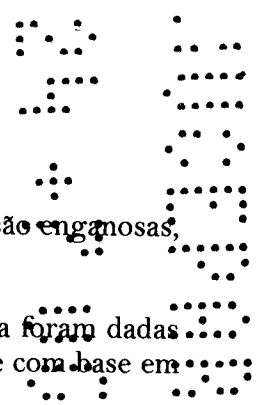
### 8.2. Declarações e Garantias da Emissora e das Intervenientes Garantidoras:

A Emissora e as Intervenientes Garantidoras declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras;
- (b) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e as Intervenientes Garantidoras sejam parte, nem irá resultar em:
  - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos;
  - (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e das Intervenientes Garantidoras, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou
  - (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora e das Intervenientes Garantidoras, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo (os "Prospectos") de distribuição pública das Debêntures contém e conterão, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada Prospecto, no contexto da presente Emissão necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, e não contém nem conterão declarações falsas ou omissões de fatos relevantes e ;







(f) as declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;

(g) as opiniões, análises e expectativas expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

(h) não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas de cada Prospecto, ou relativos às Debêntures, não divulgados nos Prospectos, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;

(i) com exceção das autorizações e licenças divulgadas nos Prospectos, têm todas as autorizações e licenças federais, estaduais e municipais necessárias ao exercício de suas atividades, comprometendo-se a renová-las sempre que necessário;

(j) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiros;

(k) mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;

(l) manterão em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

(m) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

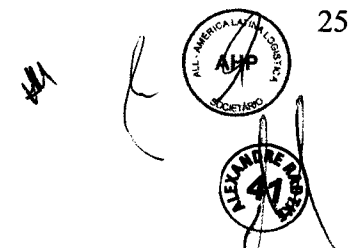
(n) as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

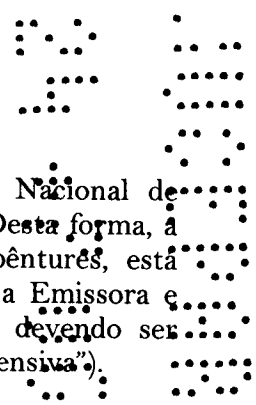
(o) a Emissora e as Intervenientes Garantidoras estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

(p) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira, ou em sua atividade.

## CLÁUSULA IX - DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

9.1. A celebração da presente Escritura pela Emissora e a prestação da Fiança pelas Intervenientes Garantidoras poderão resultar no vencimento antecipado de contratos financeiros celebrados pela Emissora e pelas Intervenientes Garantidoras com o Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S.A. (o “Unibanco”) e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (o “BNDES”). A





Emissão e a prestação da Fiança serão também submetidas à ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres (em conjunto com o Unibanco e o BNDES, as “Entidades”). Desta forma, a eficácia da presente Escritura e da Fiança, bem como a efetiva Emissão das Debêntures, está condicionada à implementação de condição suspensiva, que consiste na obtenção, pela Emissora e pelas Intervenientes Garantidoras, das autorizações necessárias junto às Entidades, devendo ser observados os termos e limites de valores constantes das autorizações (a “Condição Suspensiva”).

**9.2.** Caso não haja o implemento da Condição Suspensiva até a data de concessão do registro da Emissão pela CVM, todos os seus termos e condições deverão ser considerados sem quaisquer efeitos, devendo esta Escritura ser considerada rescindida de pleno direito, sem quaisquer obrigações para a Emissora, para as Intervenientes Garantidoras ou para o Agente Fiduciário.

## **CLÁUSULA X - DA GARANTIA FIDEJUSSÓRIA**

**10.1.** As Debêntures serão garantidas por fiança (a “Fiança”) prestada pelas Intervenientes Garantidoras, qualificadas no preâmbulo desta Escritura, obrigando-se as Intervenientes Garantidoras perante os Debenturistas, na qualidade de fiadoras, principais pagadoras e solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora de todos os valores devidos pela Emissora nos termos da Escritura, sendo a Fiança prestada em caráter irrevogável e irretratável para todos os efeitos legais, até o integral cumprimento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura. As Intervenientes Garantidoras renunciam, desde já, aos benefícios previstos nos artigos 366, 827, 829, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro. Todos e quaisquer pagamentos realizados por qualquer uma das Intervenientes Garantidoras em relação à Fiança serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

**10.2.** O valor garantido será pago pelas Intervenientes-Garantidoras, no prazo de até 5 (cinco) dias a contar da notificação por escrito do Agente Fiduciário às Intervenientes-Garantidoras, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações. Tal notificação só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário (i) após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura, respeitados eventuais períodos de cura ou (ii) quando do vencimento antecipado das Debêntures.

**10.3.** Cada uma das Intervenientes Garantidoras firma esta Escritura declarando conhecer todos os seus termos e condições.

## **CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **11.1. Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou

concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

#### **11.2. Lei Aplicável**

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

#### **11.3. Foro**

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 21 de julho de 2006.

644

27

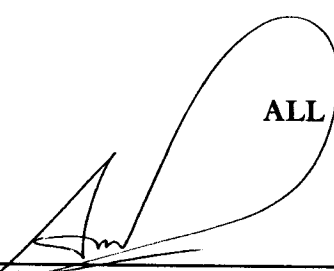
ALL-AMERICA LATINA LOGISTICA  
AHP  
SECRETARIO

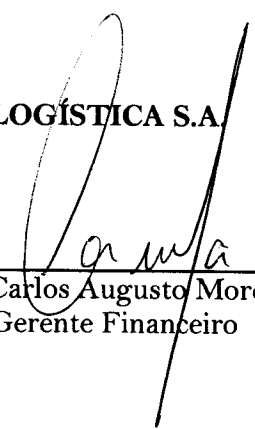
LEONARDO



Folha de Assinatura da Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, de Emissão da ALL – América Latina Logística S.A.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.

  
Nome: Anderson Henrique Prehs  
Cargo: PROCURADOR

  
Nome: Carlos Augusto Moreira  
Cargo: Gerente Financeiro

Folha de Assinatura da Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, de Emissão da AL - América Latina Logística S.A.

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Nome: Marcos Antonio Mariano Lacombe  
Cargo: PROCURADOR



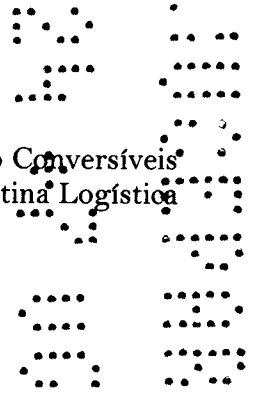
Folha de Assinatura da Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, de Emissão da ALL – América Latina Logística S.A.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S.A.

Nome: Anderson Henrique Prehs  
Cargo: PROCURADOR

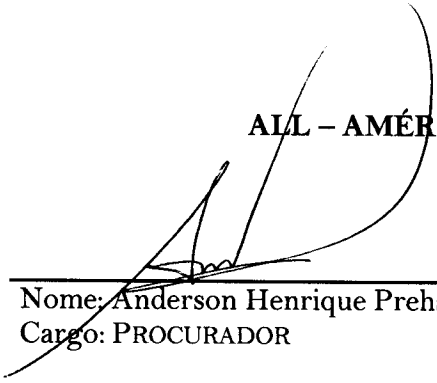
Nome: Carlos Augusto Moreira  
Cargo: Gerente Financeiro

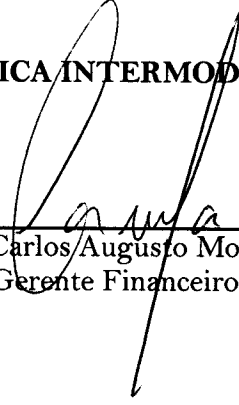




Folha de Assinatura da Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, de Emissão da ALL – América Latina Logística S.A.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

  
Nome: Anderson Henrique Prehs  
Cargo: PROCURADOR

  
Nome: Carlos Augusto Moreira  
Cargo: Gerente Financeiro



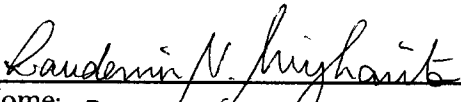


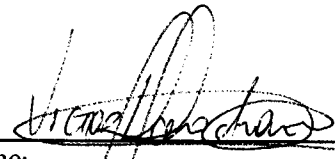
31



Folha de Assinatura da Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, de Emissão da ALL – América Latina Logística S.A.

Testemunhas:

  
Nome: **Laudemir Niro Miyhasita**  
RG.: **RG 6.046.430-8 (SSP/PR)**  
**CPF/MF 752.052.979-72**

  
Nome: **Victor Augusto Horochovec**  
RG.: **RG 7.923.033-2 SSPPR**  
**CPF 040.853.839-22**

